

ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
Controladoria Interna

RECEBIDO
EM 11/04/2017
AS: [assinatura]
ASSINATURA
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS

PARECER/CI/CMP/nº 014/2017
Processo nº 9/2017-00008CMP



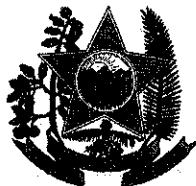
Trata-se de análise dos elementos formais imprescindíveis à edição do ato administrativo referente ao procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, cujo objeto é *Registro de Preços para futura aquisição de gêneros alimentícios com o objetivo de atender as necessidades da Câmara Municipal de Parauapebas, Estado do Pará.*

I – DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

Os autos do processo licitatório nº 9/2017-00008CMP contêm 154 laudas, volume único.

O procedimento administrativo instaurado está instruído com as seguintes peças:

1. memorando 102/2017 encaminhado à Comissão de Licitação para providências quanto à abertura de processo licitatório (fl. 01);
2. quadro de quantidades e preços (fls. 02-03);
3. memória da cálculo (fls. 04-06);
4. termo de referência (fls. 07-20);
5. justificativa de índice contábil (fls. 21-22);
6. despacho que determina pesquisa de preços (fl. 23);
7. pesquisa de preço (fls. 24-48);
8. indicação de Dotação Orçamentária disponível para atender a despesa (fls. 49-50);
9. declaração de adequação orçamentária e financeira (fl. 51);
10. autorização de abertura do procedimento licitatório (fl. 52);
11. Portaria 040/2017, que nomeia o pregoeiro e equipe de apoio (fl. 53);
12. autuação do processo licitatório (fl. 54);
13. minuta de edital e anexos (fls. 55-133);
14. despacho à Procuradoria-Geral Legislativa (fl. 134);



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
Controladoria Interna



15. memorando nº 058/2017-PG/CMP que encaminha parecer jurídico nº 024/2017-PEADP
16. parecer jurídico nº 024/2017-PEADP com ressalvas (fls. 135-153);
17. despacho à Controladoria (fl. 154).

II – ANÁLISE

1. A Lei 8.666/1993 é a nossa lei mais abrangente de normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. Ela é complementada pela Lei 10.520/2002, que instituiu a importante modalidade de licitação denominada pregão. Ambas são de observância obrigatória para todos os entes da Federação.

2. O Decreto 3.555/2000 é a norma regulamentadora das disposições da Lei 10.520/2002, no tocante ao pregão dito comum (também conhecido como presencial), no plano federal.

3. O Decreto 7.892/2013 é o que regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, no contexto da União.

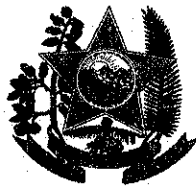
4. Em nosso município, temos o Decreto¹ 71/2014 que regulamenta o SRP para as aquisições demandadas pela Administração local.

5. Há também a Lei Complementar² Municipal nº 009/2016 que institui o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser

¹ **Art. 3º** O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

² **Art. 1º** Esta Lei Complementar estabelece o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado ao microempreendedor individual, à microempresa – ME e a empresa de pequeno porte – EPP no âmbito do Município, em conformidade com as normas gerais previstas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, especialmente sobre:



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
Controladoria Interna



dispensado ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte.

6. Essa Lei Complementar prevê ainda que as compras de gêneros alimentícios perecíveis³, e outros produtos perecíveis, a serem realizadas pela Administração municipal serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores locais ou regionais.

7. Pois bem, ao analisar os autos, verificamos que, ressalvados os aspectos jurídicos já apreciados (item I.16) pela Procuradoria Legislativa desta Casa, estão presentes os elementos que nos parecem pertinentes para fins de composição da aquisição pretendida pela Administração.

8. Ressalta-se, no entanto, que nenhuma das recomendações expressas no parecer jurídico (item I.16) foi atendida até o momento.

III – CONCLUSÃO

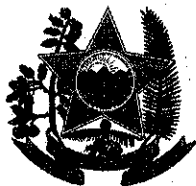
1. Com relação aos elementos formais imprescindíveis à edição do ato referente ao procedimento licitatório 9/2017-00008CMP, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, parece-nos que estão parcialmente presentes os requisitos legais necessários à validação dos procedimentos praticados até o momento.

2. Recomendamos observar as disposições da Lei Complementar Municipal nº 009/2016 quanto às compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis (item II.6).

3 **Art. 31.** As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores locais ou regionais.

§1º As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.

§2º A aquisição, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Controladoria Interna




3. Reiteramos o cumprimento das recomendações expressas no Parecer Jurídico.

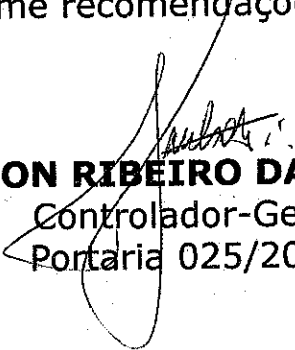
4. Por fim, por entendermos que é responsabilidade da área técnica competente realizar as adequações necessárias ao processo, opinamos por sua continuidade, desde que sejam observadas e cumpridas todas as recomendações apontadas.

É o parecer, que se submete à consideração superior.

Parauapebas-PA, 10 de abril de 2017.


NATANAEL MARTINS NEVES
Analista de Controle Interno
Matrícula 022011

Aprovo o **PARECER/CI/CMP/nº 014/2017**.
Encaminhe-se conforme recomendações acima.


JORGE NELSON RIBEIRO DA COSTA JÚNIOR
Controlador-Geral
Portaria 025/2017